**RESUMO P1: FORMAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL**

**1. O Sistema-Mundo às Vésperas da Ascensão Europeia. As Origens dos Estados Nacionais**

Devemos realizar uma crítica à historiografia oficial que coloca a Europa como “centro” da trajetória mundial, baseando a periodização histórica nas fases vividas pela Europa na época, além de desconsiderar que seu desenvolvimento após 1400 (colapso do sistema anterior) aconteceu fundamentado na sua interação com outras sociedades importantíssimas da época, que são apresentadas a nós apenas como uma antessala à Europa, a qual parece ter surgido “do nada”.

Por isso, é importante analisar o período medieval, de 1200 a 1450 d.C., além do século XVI, para reconstruirmos uma nova noção não-eurocêntrica da história mundial. Nesta época, o Sul da Europa era influenciado pelo mundo islâmico, que é a cultura que realmente podia ser dita “universal”, enquanto o Norte estava dividido após a queda do Império Romano, e existia uma considerável rede de transação entre algumas regiões, cujas cidades maiores estabeleciam contato via rotas marítimas, em que produtos primários, especialmente, e alguns manufaturados, eram comercializados em 3 grandes circuitos: Circuito Europeu ocidental, Circuito do Oriente Médio e Circuito Asiático, – cujos centros econômico-comerciais eram Champagne, Brie, Flandres, Gênova/Veneza; Constantinopla, Costa da Palestina e Alexandria; e Rota do Mar Vermelho e Golfo Pérsico, Costa do Coromadel (onde havia o **estreito de Malacca** que conectava a Índia Oriental aos portos da China) e Mar do Sul da China, respectivamente.

Os 3 trechos marítimos asiáticos se conectavam através da China à grande rota da seda que vinha desde Constantinopla atravessando a Ásia Central, formando um “sistema fechado”, cuja civilização dominante era a chinesa, a qual obtinha dominação sobre o Oceano Índico por meio de seu **poder de dissuasão** e, também, porque a pirataria era baixa. Essa dominação e, consequentemente, o sistema econômico-comercial do século XIII, ruiu devido a alguns fatores endógenos que fragilizaram uma certa hegemonia chinesa e fez com que houvesse uma **janela de oportunidades** para a ascensão europeia, ou seja, não foi o domínio da Europa que causou a cisão do sistema anterior, mas sim o contrário, a partir do cruzamento do Cabo da Boa Esperança que, apesar de ter ocorrido um século depois do declínio chinês e, assim, não terem uma conexão direta, há um bom proveito das conseqüências, uma vez que os portugueses encontraram uma China desprotegida e isolacionista, devido, além das perdas populacionais pela Peste Negra, que também resultou na deleção do regime servil na Europa, à cisão entre a China e a Ásia Central provocada pela Dinastia Ming – que rompeu as conexões chinesas com o “sistema fechado” e retirou a sua frota marítima dos mares do Circuito Asiático, deixando-a militarmente vulnerável -, e conseguiram tarifar a passagem por rotas importantes da região.

Após o cruzamento do Cabo, o Oriente Médio, que havia sido colocado em maior contato com a Europa após as Cruzadas aumentando a demanda europeia por produtos orientais e sua produtividade, é deslocado da sua posição estratégica, já que não era mais necessário para a obtenção de produtos asiáticos.

A partir dessa análise, percebemos que havia um equilíbrio entre os poderes orientais e ocidentais e, portanto, não havia necessidade histórica para a ascensão européia, apesar de suas vantagens comparativas: expertise naval, formação do Estado moderno e os recursos provenientes das Américas. Também, seria o Capitalismo e a Era Moderna (igualdade e razão acima da religião 🡪 “desencantamento do mundo” – Weber) um resultado de tal ascensão ou um regime inevitável? O Oriente teria mantido o sistema mundial num estado mercantilista? Essa visão é altamente etnocêntrica, que vê o desenvolvimento capitalista somente como resultados da excelência europeia, dos civilizados e racionais, e esse etnocentrismo é o único que pode pretender identificar-se como universal, já que foi aquele que tentou impor, contraditoriamente, a razão e seus outros valores como emancipação humana utilizando, para isso, a irracional violência, pois o seu ideal superior justifica barbáries, como se o bem final justificasse o mal. **“Missão civilizatória”**

**2. ELIAS, Norbert (1993). “O processo civilizador”, Vol. 2: “Formação do Estado e civilização”. Ed. Zahar. Cap. 2 (pgs 87-155)**

A formação do Estado se insere num contexto de disputas territoriais entre as casas dos senhores feudais, já que, devido ao aumento populacional decorrente da recuperação econômica européia e a nascente monarquia, precisava-se de mais recursos, o que só seria adquirido com a aquisição de mais territórios dentro do conglomerado de domínios separados da Europa. A pioneira dessa lógica foi a França com a Casa dos Capeto, que controlava a área estratégica de Paris e tinham apoio material da Igreja na sua expansão monopolista, especialmente em seus conflitos com os territórios sob possessão inglesa.

Essa lógica segue o **mecanismo da monopolização territorial (ou mecanismo da hegemonia)** que, segundo por Norbert Elias, repete-se ao longo da história, como se fosse uma lei social: acumulação de propriedades, acúmulo de terras, ampliação do poder militar, ampliação do poder financeiro e eliminação dos rivais. Essa monopolização vem acompanhada da monopolização militar e financeira **(TRIPLO MONOPÓLIO)**, pois o exército do senhor feudal derrotado é adquirido, tal como a população da qual será cobrada tributos. Assim, vemos que o território não é apenas geográfico, mas é **portador de ativos**, de valor (e é daí que o caráter monopolista do capitalismo tem sua raiz), sendo sua monopolização dependente da dimensão e do grau de fragmentação territorial, o que é verificado por Elias na comparação entre a unificação francesa e inglesa, detentoras de **forças centrípetas (ou expansionistas),** e a Alemanha, detentora de **forças centrífugas (ou de manutenção da estrutura feudal).**

Diante da monopolização característica da sociedade moderna, era necessário que houvesse certa especialização de funções para controlar a máquina governamental e seu monopólio, o que resulta em conflitos para saber quem vai geri-la, como esses indivíduos serão recrutados e como seus bônus e ônus serão distribuídos, isto é, em **disputas por poder dentro da engrenagem governamental.** A complexificação dessa estrutura (quanto mais territórios, maior a rede de funcionários e a divisão do trabalho) torna o governante mais dependente dos governados, passando a viver uma certa restrição decisória, o que também acarreta na publicização da economia nacional, nas **finanças públicas – resultado inesperado -**, que antes era limitada aos interesses do soberano, pois quando mais os “especialistas” entram na relação de interdependência do rei e a administração do reino, menos privado é reino e suas riquezas.

Devido ao processo crescente de monetização da Europa Ocidental, como resultado do aumento dos intercâmbios comerciais com o Oriente e do surgimento de alguns centros comerciais dinâmicos, sobretudo no Norte da Itália e em Flandres, há um deslocamento do valor do poder para a detenção de riqueza, a qual está mais distribuída na sociedade e faz com que emerja uma nova classe social num contexto já civilizado: a burguesia, que não quer destruir a máquina estatal, mas o vê como um bem a ser disputado, pois é um **ente de distribuição de benefícios.**

A crescente interdependência citada, juntamente ao surgimento de novos grupos, faz com que os interesses sociais tornem-se mais específicos, individuais e conflitantes, o que ocasiona relações sociais mais complexas e embaralhadas e, consequentemente, uma ambivalência latente entre as pessoas ou grupos. Isso faz com que o soberano lidere um “regime democrático” de governo para suscitar **estabilidade:** o **Mecanismo Régio,** que é a gestão política dos interesses ambivalentes, buscando que eles sejam tão grandes e que o poder seja tão igualmente distribuído que a situação se torna estável para o governante central e seu poder social seja legitimado. Porém, quando o soberano falha em administrar esses conflitos, sendo que a destruição do aparato governamental é mais benéfica do que a manutenção dele, entra-se numa **situação revolucionária**.

Toda essa luta entre os diferentes estamentos sociais pela engrenagem do governo incrementa a estrutura de participação e controle do Estado ocidental, o que ocorre juntamente ao avanço do processo civilizacional da Europa fora de suas fronteiras, que, por sua vez, gera um progressivo controle dos afetos, das emoções, em prol da razão. Consequentemente, devido às mudanças sociais nas formas de relacionamento entre os indivíduos, o que cria novas configurações sociais, há a sociogênese do Estado, como um resultado inconsciente e inesperado.

**3. A Paz de Vestfália e a consolidação dos Estados Modernos na Europa. A ascensão européia no Atlântico: colonialismo, mercantilismo e acumulação de capital.**

Para Giovanni Arrighi, diferentemente de como acontece nos estudos clássicos, hegemonia não se refere somente à capacidade de um Estado de exercer liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas, o “hard power”, mas também uma dominação intelectual e moral, o “soft power”, colocando-se como portador do interesse geral, ou seja, só o poder de força não torna um Estado hegemônico.

Alguns dos conceitos de Arrighi que formam o tipo de **ciclo** que o sistema mundial moderno se fundou são **anarquia**, **anarquia ordenada**, **caos** e **caos sistêmico**. Anarquia seria a ausência de um governo central, o que caracteriza o sistema internacional, pois não entidade uma entidade supranacional que o controle internacional; porém, a falta de um governo central não equivale à desorganização e não-cooperação (anarquia ordenada), o que seria a principal característica do caos, o qual, quando se torna sistêmico, gera uma nova demanda por qualquer ordem, pois os malefícios gerados pelo caos surpassam os benefícios, situação que pode ocasionar novas hegemonias pelos Estados que tiverem melhores recursos.

* *O moderno sistema de governo tem como características a institucionalização de uma autoridade pública; estabelecimento de domínios jurisdicionais mutuamente excludentes; separação entre direito de propriedade privada e direito de governo; Lei, religião e costumes se tornam “nacionais”, sujeitos à autoridade do soberano e para cada indivíduo (apenas) uma nação e para cada nação (apenas) seus nacionais* ***(base do nacionalismo moderno).***
* *Lógicas capitalista e territorialista de poder, sendo a primeira baseada na expansão do controle do governo sobre recursos escassos, acumulando capital (Veneza) e a segunda na expansão territorial e populacional (Capeto), que se alternam durante a história.*
* *A Europa teria mais benefícios ao chegar ao Oriente do que os chineses ao Ocidente e, por isso, apresentou uma tendência à lógica territorialista maior do que a China.*
* *Diplomacia surge intimamente ligada às rotas comerciais, pois era necessário haver representantes nessas regiões, os quais eram fonte de informações privilegiadas.*

As origens do moderno sistema interestatal foram a dinâmica das cidades-Estado medievais capitalistas no norte da Itália (Veneza, Florença, Gênova e Milão), que foram um protótipo do Estado capitalista e demonstraram que pequenos territórios poderiam ser continentes de poder, ao ter uma oligarquia mercantil que visava o lucro, uma vez que a riqueza estava gradativamente passando a ser sinônimo de poder, mas elas não tinham a intenção de serem hegemônicos dentro do sistema medieval e transformá-lo e, assim, não foram a primeira hegemonia do capitalismo histórico.

Diante do poderio italiano, Portugal e Espanha tentaram desviar o comércio destes dominantes no Mediterrâneo ao chegar no Oriente e às Américas, respectivamente, e, em frente aos conflitos territorialistas contra a França, tecnologias de guerra são desenvolvidas e a Espanha torna-se hegemônica no século XVI, além de ter conquistado territórios ricos em prata, mas por estar alinhada aos interesses da Igreja, usou o poder adquirido para inviabilizar a queda do sistema medieval. Assim, as Províncias Unidas, províncias da atual região norte dos Países Baixos, sob liderança holandesa, toma benefícios dos fracassos espanhóis perante o caos sistêmico gerado pela luta territorialista na Europa e comanda uma reorganização do sistema, isolando a Espanha que estava enfraquecida por conta dos conflitos com França e a própria Holanda.

Essa reorganização que possibilitou a hegemonia das Províncias Unidas foi fundamentada pela Paz de Vestfália, que encerrou diversos conflitos intra-europeus e é considerada o marco da criação do sistema internacional e dos Estados nacionais. Tal tratado tem como princípios **um sistema político mundial composto pelos diversos Estados (europeus), sendo sua soberania reconhecida, e o relacionamento interestatal baseado no respeito de todos ao direito internacional e ao equilíbrio de poder, exercidos entre e não acima deles; além disso, os civis não estão envolvidos com as disputas entre os soberanos e o comércio livre e seguro entre as nações foi retomado.**

Assim, o caos sistêmico transformou-se numa anarquia ordenada sob hegemonia holandesa, cuja base era a riqueza gerada pelas redes comerciais e financeiras – dos impérios ultramarinos e comerciais – e, também, pela revolução das técnicas militares, e pelo soft power, quando forçam outros países europeus a aderir a lógica de poder holandesa: **investimento no poder naval militar, rotas comerciais marítimas e companhias de comércio e navegação que seriam abertas ao capital acionário e ligá-las ao Estado por meio de cartas patentes**. Contudo, ao incentivar outros Estados a fazerem isso para combaterem Espanha e Portugal, a Holanda deu nascimento a outros concorrentes, isto é, foi uma hegemonia importante por mudar a lógica de poder, mas durou muito pouco - por alimentar sua própria derrocada -, tal como a Paz de Vestfália, cujo fim culminou em 150 anos de conflitos interestatais (França e Inglaterra) pela hegemonia.

Na luta pela hegemonia, o mercantilismo franco-inglês forjou uma nova sínteses entre capitalismo e territorialismo que iria reestruturar a geografia política do comércio mundial, especialmente por formarem um exército para proteger seus domínios ultramarinos. No século XVIII, a Inglaterra assume uma hegemonia a partir do caos sistêmico holandês, o que aconteceu num período turbulento de **revoltas chamadas democráticas, burguesas e nacionalistas**, de caráter antimonárquico, que buscavam alterar a dinâmica governante-governados e conferir direitos de participação em torno do poder, que resultaram em revoluções, sendo que a primeira delas, a Revolução Americana, afetou a própria, mas não foi um impeditivo para sua hegemonia, apenas fez com que quisessem expandir seus domínios para a Ásia e África.

A estratégia de poder dos britânicos estava voltada aos proprietários (classes emergentes) dentro de cada Estado, não às classes dominantes do aparato governamental, ou seja, à burguesia, não aos governantes, o que acaba estabelecendo a **hegemonia do livre comércio** e um nacionalismo democrático, cujas diferenças em relação aos holandeses são que, enquanto estes controlavam grandes recursos de capital com as companhias, mas não tinham vocação territorialista, os britânicos conjugaram as lógicas territorialista (extração dos tributos das colônias – ESP e POR) e capitalista (companhias - HOL).

Ademais, superaram o Sistema de Vestfália, que reconhecia a soberania inviolável de um Estado em relação aos outros (“europeus para europeus”) e previne os ataques territorialistas, pois **a soberania dos Estados se traduz na inviolabilidade de suas fronteiras**. Pelo livre comércio, a Inglaterra legitimou seu poder perante os demais Estados, pois dizia que as leis que operavam entre eles estavam sujeitas a **entidade metafísica do mercado**, regido por leis próprias, o que era baseado em teorias da ciência econômica (poder-saber de Foucault) de Adam Smith e David Ricardo, entre outros, ou seja, a soberania se dá no âmbito da política, não no econômico, e o desenvolvimento econômico da Inglaterra deve ser bem visto pelos outros Estados, pois favorece o seu próprio desenvolvimento, o que foi traduzido na zona da libra (esterlina), uma zona monetária britânica, que se tornou a moeda mundial e as colônias britânicas eram obrigadas a usá-la nas transações com qualquer outra nação, o que caracterizou o imperialismo do livre comercio, ou seja, o liberalismo não é mundial, mas apenas britânico. No entanto, em termos econômicos, **não houve nenhuma hegemonia européia até 1800**, pois haviam impérios superiores (tratados por Kennedy), sendo que de 1815 a 1914, ocorreu a Pax Brittanica.

Até que a hegemonia britânica entra em declínio em 1870 enfrentando a ascensão americana e alemã. Ao expandirem-se para o oeste, isto é, sua expansão territorialista foi nacional, os EUA reorganizaram tais territórios dentro de uma lógica capitalista (**desenvolvimento das forças produtivas**), o que, diante de um cenário onde o tamanho e o **potencial de crescimento do mercado interno era uma vantagem**, já que havia a soberania estatal, foi altamente benéfico para o estabelecimento de uma hegemonia americana, a qual elevou tal lógica à enésima potência, pois seu mercado era fechado a produtos, mas aberto ao capital e mão-de-obra externos. Além disso, os americanos foram fortalecidos pela tentativa de expansão alemã, que, tendo vantagens geográficas, tomou partido da Revolução Industrial no século XIX e de sua capacidade intelectual e de trabalho e se industrializou militarmente de forma muito rápida (o que se repetiu em Japão, Itália e União Soviética), o que acabou enfraquecendo a Inglaterra; porém, os alemães, mesmo tendo necessidades de crescimento econômico, não tinham território suficiente para seu desenvolvimento, muito menos potência colonial e, consequentemente, as “riquezas extra” dos outros Estados europeus, o que acabou se perpetuando até a Segunda Guerra.

A prática civilizatória até então foi um dos alvos dos protestos sociais que ocorreram na Europa, contra o sistema que excluía o povo (ex.: Revolução Russa), pois enquanto internamente havia a Pax Brittanica, no resto do mundo práticas de violência eram feitas deliberadamente, o que fragilizou o domínio intelectual e moral do continente e incentivou movimentos de libertação nacional após a Segunda Guerra, criando um novo caos sistêmico. Essa realidade foi aproveitada pelos americanos ao apoiar a descolonização dos países e ceder a todos, não apenas europeus, o **direito à autodeterminação** (Vestfália), seguindo a lógica de uma nação não-imperialista, a não ser no plano das idéias (soft power), tomando assim o lugar britânico de hegemonia e invertendo algumas de suas lógicas e retomando algumas holandesas (**antiterritorialismo e pró-autodeterminação - tese do padrão de regressão**).

Enquanto os britânicos colocavam o livre comércio acima dos direitos dos governantes, os EUA colocaram o consumo em massa acima dos direitos de propriedade e de governo, ou seja, a subsistência dos cidadãos (todos, até do proletariado) era seu objetivo fundamental, e também restringiu as relações interestatais arbitrárias por meio da criação da ONU, para evitar intervenções territorialistas (dos outros) e guerras em busca de determinados interesses (OTAN), além de utilizar a Guerra Fria e Doutrina Truman como soft power para conter o poder soviético. Já nos anos 80, seu liberalismo abre os mercados estrangeiros aos seus produtos, mas mantendo o seu fechado, porém a sua hegemonia é baseada realmente no **Investimento Externo Direto (IED)**, a internacionalização das empresas americanas (organizações econômicas – Holanda, mas eram especializadas territorialmente), adquirindo o controle administrativo de setores substanciais de economias estrangeiras, ou seja, a principal estratégica dos EUA era a presença econômica, não militar ou física, que faz com que haja uma **libertação do monopólio estatal sobre a riqueza produzida dentro de seus domínios** e, pela hipótese de Arrighi, começa a destruir o sistema interestatal, pois, **aliado ao regionalismo e tribalismo**, muda a lógica de poder que passa a não estar presa a lugares específicos, mas a fluxos (capital).

**4. Ascensão e queda das grandes potências**

A ascensão do continente europeu também ocorreu devido a fatores endógenos, não somente ao declínio de outras civilizações, como vimos anteriormente no longo século XIII. Kennedy parte dessa segunda premissa para explicar tal endogenia e explica algumas dessas civilizações antigas – China Ming, Império Otomano, Japão e Rússia - para mostrar que não foi sua derrota que fez com que a Europa se desenvolvesse, pois, colocando como fatores europeus importantes a fragmentação política, gerando competição entre os Estados europeus – que não resultou em um monopólio territorial, pois tinham poder semelhante, a geografia, o clima e a corrida armamentista entre os estados europeus (**competição – argumento de fundo liberal na política – concorrência perfeita**), que levou ao desenvolvimento do conhecimento, da ciência e tecnologia, de navios a vela de longo alcance e armados com canhões, pólvora, infantarias especializadas, para favorecer os esforços de guerra – que cumulativamente resultaram na superioridade militar-tecnológica européia - e demonstra, a partir daí, que as outras civilizações não seriam capazes de fazer as mesmas conquistas – físicas ou simbólicas – da Europa.

As antigas civilizações, de massas territoriais enormes, eram de forte centralização do poder – seja pelo czar, o sultão ou o imperador – e tinham hierarquia e obediência ao poder central muito forte, de forma que decisões do soberano tinham maior poder de implementação do que no território europeu, que sempre foi fragmentado, e mesmo assim não conseguiram liderar um processo de desenvolvimento histórico, o que foi feito pelo território que tinha tudo para fracassar, devido a, de certa forma, uma argumento darwinista, pois os conflitos teriam feito os europeus mais fortes.

Esse processo de desenvolvimento da tecnologia naval fez com que ocorressem as descobertas no Novo Mundo, onde as rivalidades européias são potencializadas, resultando em mais desenvolvimento tecnológico para aumentar a produtividade, apesar de ainda não haver a Revolução Industrial, para **superar a problemática malthusiana**, como nunca foi feito por outra civilização, melhorando, por exemplo, a agricultura e a qualidade de vida (densidade populacional). Além da competição, o Novo Mundo, em resultado da lógica de colonização, ao domínio da pólvora e ao choque biológico (doenças), também propiciou novos recursos que foram importantes para o desenvolvimento europeu, como o algodão para roupas (frio), o acúmulo de ouro e prata e o comércio decorrente das *plantations* americanas (monocultura de exportação baseada em trabalho escravo – pessoas como mercadoria – novas fronteiras de mercado) – inverte as rotas comerciais para o Oeste, como o comércio triangular transatlântico (**declínio do Oriente Médio**) - permitiram um acúmulo gigantesco de capital pelos europeus, preparando a transição do protocapitalismo para o capitalismo histórico.

“Milagre europeu”: **Mix** **do liberalismo, pluralismo político e militar**, e liberdade intelectual. Contraposição ao obscurantismo intelectual das outras civilizações, o que não poderia acontecer na Europa devido à fragmentação.